



Entrevista com o **PRESIDENTE ANTONIO ROQUE CÍTADINI**

O Senhor acompanhou e participou ativamente do processo de redemocratização do Brasil, seja como advogado, como presidente da Comgás ou como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Como vê o momento atual do país?

O país vive, nas últimas três décadas uma situação ímpar: nós temos uma constituição que se solidifica e que nos permite, democraticamente, sair de todas as dificuldades. Nós já vencemos problemas de hiperinflação, já tivemos governos de variadas correntes políticas, bem como impeachment de presidentes (de direita e de esquerda). A nossa constituição é instrumento efetivo para a consolidação da nossa democracia, então acredito que continuaremos seguindo este caminho.

O Senhor foi um pioneiro na defesa da fixação de um percentual orçamentário mínimo para as despesas com educação, a fim de que o direito fundamental à educação pudesse ser de fato garantido e efetivado. Como vê os avanços neste campo e quais preocupações tem hoje com a garantia do direito à educação?

Sobre este assunto, cabe dizer, antes de qualquer coisa, que vemos hoje uma discussão visando acabar com o percentual obrigatório de gastos para a educação e saúde. Acredito que isso seja um erro. Muita gente não está entendendo a natureza da questão. Esta obrigatoriedade de gastos não é um valor absoluto e fixo; é um percentual da arrecadação: se você arrecada mil, você gasta 25%, se você arrecada quinhentos, você também gasta os 25%. Este percentual obrigatório permitiu algo muito importante: que os investimentos e planejamento da educação fossem feitos visando o longo prazo. Nesses 30 anos que temos dessa obrigatoriedade, houve uma grande melhora na educação pública, especialmente no ensino fundamental. Nas cidades pequenas e médias os avanços foram maiores. Entre outras situações, resta acharmos soluções para a melhoria na educação dos grandes centros, mas não creio que essas soluções passem pela eliminação da obrigatoriedade dos investimentos nessa área.

Como um estudioso e analista dos processos e da legislação sobre licitações, como avalia a vigência da Lei 8.666/93?

Esta lei foi muito importante no momento de sua criação e nos anos que se seguiram, mas é muito claro que precisamos modernizar. Nós temos feitos reiteradas propostas para que isso seja alcançado. Há, inclusive, uma sugestão do Banco Mundial para que as fases da licitação sejam invertidas. Estamos, há muitos anos, lutando para que isso seja feito. A Lei de Licitações cumpriu seu papel, mas precisa de reparos para atender a dinâmica atual.

Como decano do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, como analisa os desenvolvimentos da fiscalização e da atuação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo?

O Tribunal de Contas está se modernizando rapidamente. É preciso notar que hoje somos parte de um órgão que procura se atualizar nas suas atividades de controle externo. Nossa grande preocupação, atualmente, é olhar e identificar os problemas do “hoje”. Verificar os problemas do passado é importante e é uma obrigação da Corte, mas uma auditoria do presente contribui mais para a melhora nos serviços públicos e isso deve ser uma prioridade. Nestes dias, os meios tecnológicos e a capacitação dos nossos servidores permitem o avanço nesta direção e ajudam corrigir os erros e equívocos da Administração com mais eficiência.

Quais são os temas ou áreas da Administração Pública que merecem maior atenção do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e de todos na atualidade?

O Tribunal é um órgão de auditoria, de forma que se ele faz bem isso, está cumprindo seu papel. Estamos trabalhando para atuar, cada vez mais, dentro deste campo. Temos empenhado nossos esforços nas fiscalizações ordenadas, na emissão e melhor organização dos alertas, no acompanhamento de obras paradas e em ações que nos permitam enxergar os problemas no momento em que eles ocorrem. Dentro deste contexto, todas as áreas do serviço público são cobertas e avaliadas.

O Senhor tem sempre uma atuação presente no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e as suas gestões na Presidência são frutíferas. Quais são os pontos que o Senhor acredita que sejam os mais marcantes da atual gestão?

Nestes anos todos, a minha principal preocupação foi em modernizar o Tribunal e nossa fiscalização, procurando fugir de uma identidade burocrática, estática e insensível às mudanças que estão ocorrendo ao nosso redor. O Tribunal tem avançado muito e eu sou um entusiasta destes avanços.

Como um amante das artes, da música clássica e da ópera, como o Senhor vê a importância destas atividades para a sua atuação na vida e no trabalho?

Eu tenho duas paixões e hobbies: o futebol e a música. O futebol é algo importante para nossa sociedade e faz parte da alma do nosso povo. Ele chega a todas as casas. No campo da música, eu sou um grande apreciador da ópera. Tanto o futebol quanto a ópera contribuem para levar mais leveza para o cotidiano. Através do futebol, quando criança, eu tive contato com o mundo e acabei sendo instigado a aprender geografia. A ópera sempre traz conhecimentos históricos e nos coloca em contato com parte da literatura clássica.

O Senhor foi o Conselheiro que mais jovem ingressou no Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e mantém o espírito da jovialidade, dos ideais e das ações benéficas. O que diria aos jovens de hoje?

Qualquer posto que você ocupar, especialmente da Administração Pública, deve ser preenchido com muito entusiasmo, sob o risco de se viver um dia-a-dia muito parado, de marasmo. A busca por novidades e por diferentes áreas de conhecimento também ajuda muito manter o ânimo. Bom humor também nunca faz mal.